

A. I. N ° - 206987.0119/03-4
AUTUADO - CLEMILDA LOUZADO DE SOUZA
AUTUANTE - BOAVENTURA MASCARENHAS LIMA
ORIGEM - INFAZ ITABERABA
INTERNET - 24. 05. 2004

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF N° 0172-04/04

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. FALTA DE EXIBIÇÃO AO FISCO. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. O autuante não apresentou qualquer comprovante da intimação para apresentação dos documentos fiscais. Imputação não comprovada. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 28/11/2003, com aplicação de multa no valor de R\$90,00, decorrente da falta de apresentação de Documentos de Arrecadação Estadual, conforme Termo de Intimação e Aviso de Recebimento.

O autuado, às fl. 07, apresentou defesa, impugnando o lançamento tributário alegando que a empresa não recebeu a citada intimação e solicita que o Auto de Infração seja julgado improcedente.

O auditor autuante, à fl. 09, ao prestar a informação fiscal diz que: *“Alega a autuada que não prospera o AI, contudo não comprova o pagamento do ICMS e o cumprimento da solicitação na Intimação, motivo pelo qual mantenho o AI.”*

O PAF foi submetido à pauta suplementar, tendo a 4ª JJF decidido por sua conversão em diligência ao autuante, para que fosse anexado ao processo o comprovante da intimação.

Cumprida a diligência, o auditor fiscal autuante, fl. 16, assim concluiu: *“O processo voltou em diligencia, solicitando o Relator o AVISO DE RECEBIMENTO da intimação que teria dado origem ao Auto de Infração, contudo, a INFAZ não dispõe do citado aviso, motivo pelo qual opino pela improcedência do AI.”*

VOTO

Após analisar as peças que compõem o presente PAF, constatei que o auditor lavrou o Auto de Infração em lide para exigir multa por falta de apresentação de Documentos de Arrecadação Estadual.

O autuado nega o cometimento da infração e o autuante diz que a INFAZ não dispõe do comprovante de que o contribuinte teria recebido a suposta intimação.

Assim, não tendo nos autos do presente PAF a prova de que o contribuinte foi intimado e não apresentou os referidos documentos acima citados, e não tendo o auditor como apresentar tais documentos, entendo que o Auto de Infração não pode prosperar.

Do exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº 206987.0119/03-4, lavrado contra **CLEMILDA LOUZADO DE SOUZA**.

Sala das Sessões do CONSEF, de 18 de maio de 2004.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO – PRESIDENTE

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - RELATOR

ÁLVARO BARRETO VIEIRA – JULGADOR